



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 8592/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, e nos termos da delegação de competências efetuada pelo Despacho n.º 2290-AK/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 31, de 15 de fevereiro de 2016, designo para exercer funções de auxiliar no Gabinete Ricardo Miguel Fialho Revez.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 1 de junho de 2016.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

13 de maio de 2016. — A Chefe do Gabinete, *Rita Faden da Silva Moreira Araújo*.

Nota curricular

Ricardo Miguel Fialho Revez, 25 anos, 12.º Ano de Escolaridade. Experiência profissional:

De junho de 2013 a maio de 2016 — desempenhou funções de cozinheiro na Residência Oficial do Primeiro-Ministro.

Desempenhou funções de adjunto de cozinheiro na Base Naval de Lisboa.

Em setembro de 2015, promovido à categoria de 1.º Marinheiro TFH.

Em 2012, promovido à categoria de 2.º marinheiro TFH.

Em 2011, promovido à categoria de 1.º grumete TFH.

Em 2009, ingresso na nas Forças Armadas — Marinha, com a categoria de 2.º grumete TFH.

209692359

Gabinete da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa

Despacho n.º 8593/2016

Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 3/2012, de 16 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 162/2013, de 4 de dezembro, e alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 69/2014, de 9 de maio, e no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do n.º 1 do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março, dou por finda, a seu pedido, a comissão de serviço de Tito Rogério Gomes Toscano como Técnico do Gabinete Nacional de Segurança, para a qual foi designado pelo Despacho n.º 3750/2015, de 1 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 15 de abril, com efeitos a 31 de maio de 2016.

16 de maio de 2016. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

209687223

Despacho n.º 8594/2016

Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 3/2012, de 16 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 162/2013, de 4 de dezembro e alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 69/2014, de 9 de maio, e no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do n.º 1 do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março, dou por finda, a seu pedido,

a comissão de serviço de Nuno Miguel Alves e Silva como consultor do Gabinete Nacional de Segurança, para a qual foi designado pelo Despacho n.º 15364/2014, de 10 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 244, de 18 de dezembro, com efeitos a 19 de fevereiro de 2016.

16 de maio de 2016. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

209687361

Direção-Geral das Autarquias Locais

Aviso n.º 8306/2016

Utilização da Reserva de Recrutamento do Procedimento Concursal comum da carreira de técnico superior, na modalidade jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Torna-se público que, em resultado da homologação da Lista de Ordenação Final do procedimento concursal comum da carreira de técnico superior, aberto pelo Aviso n.º 6344/2015, publicado em DR, 2.ª série, N.º 111, de 5 de junho, foi autorizada, por despacho interno n.º 140/16/MF, de S. Ex.ª o Senhor Ministro das Finanças, datado de 4 de março de 2016, a utilização da reserva de recrutamento para cinco postos de trabalho nessa categoria, pelo que foram celebrados os respetivos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com período experimental de 180 dias, com efeitos a 1 de abril de 2016, com as seguintes trabalhadoras:

Isabel Maria Garcia Faustino;

Vânia Rita Calado Mau.

21 de junho de 2016. — A Diretora-Geral, *Lucília Ferra*.

209689127

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, EDUCAÇÃO, TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL, PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS, ECONOMIA E AMBIENTE.

Gabinetes dos Ministros da Educação, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Ambiente e dos Secretários de Estado das Autarquias Locais, do Desenvolvimento e Coesão e Adjunto e do Comércio.

Deliberação n.º 1076/2016

Recursos hierárquicos do Quadro de Referência Estratégico Nacional

Comissões especializadas

A Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria (CIC Portugal 2020) deliberou em 18 de fevereiro de 2016, por consulta escrita, delegar nas suas comissões especializadas, com a faculdade de subdelegação nos respetivos coordenadores, a competência para apreciar e decidir os recursos a atos praticados pelas autoridades de gestão dos correspondentes programas operacionais temáticos e regionais do continente do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013.

Assim, nos termos conjugados dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e no uso da competência delegada pela deliberação n.º 612/2016, de 18 de fevereiro, publicada na 2.ª série do *Diário da República* de 5 de abril de 2016, delibera a Comissão Especializada para a Territorialização das Políticas subdelegar no Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, Angelo Nelson Rosário de Souza, nos

termos do Despacho n.º 2312/2016, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 16 de fevereiro, a competência para apreciar e decidir os recursos a atos praticados pelas autoridades de gestão dos Programas Operacionais Regionais do Continente, a que se refere a alínea b) do n.º 10 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 99/2009, de 28 de abril.

4 de março de 2016. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*. — O Ministro do Ambiente, *João Pedro Soeiro de Matos Fernandes*. — O Secretário de Estado das Autarquias Locais, *Carlos Manuel Soares Miguel*. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, *Ángelo Nelson Rosário de Souza*. — O Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, *Paulo Alexandre dos Santos Ferreira*.

209690188

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 8307/2016

Por despacho de 22/06/2016, do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, é constituída a Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal da Amadora, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e integrando um representante das seguintes entidades e serviços:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Lisboa e Vale do Tejo;
Câmara Municipal da Amadora;
Autoridade Nacional de Proteção Civil;
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.;
Direção-Geral do Território;
Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.;
IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;
Direção Regional de Agricultura e Pescas Lisboa e Vale do Tejo;
Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.;
Infraestruturas de Portugal, S. A.;
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.;
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;
Direção-Geral do Património Cultural;
Direção-Geral das Infraestruturas de Defesa;
Transportes de Lisboa;
REN — Redes Energéticas Nacionais SGPS, S. A.;
Assembleia Municipal da Amadora;
Câmara Municipal de Oeiras;
Câmara Municipal de Lisboa;
Câmara Municipal de Odivelas;
Câmara Municipal de Sintra.

23 de junho de 2016. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *João Pereira Teixeira*.

209689021

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 8595/2016

Atendendo às relações históricas entre o Governo Português e o Imamat Ismaili e à vontade de continuar a estreitar tais laços com vista à prossecução de objetivos comuns;

Considerando o Acordo entre a República Portuguesa e o Imamat Ismaili para o estabelecimento da sede do Imamat Ismaili em Portugal, assinado em Lisboa, a 3 de junho de 2015;

Considerando que, no âmbito do referido Acordo, ficou prevista a constituição de um Comité Misto, a constituir por três membros no-

meados pela República Portuguesa e três membros nomeados pelo Imamat Ismaili;

1 — Nos termos do artigo 17.º do referido Acordo, nomeio como membros no Comité Misto:

Lúis Filipe Marques Amado, que preside à delegação portuguesa;
Mário Jesus dos Santos, ministro plenipotenciário de 1.ª classe;
João Pedro Lourenço Antunes, Subdiretor-Geral de Política Externa.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de junho de 2016.

20 de maio de 2016. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

209687589

Secretaria-Geral

Despacho (extrato) n.º 8596/2016

1 — Por despacho da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, de 21 de junho de 2016, nos termos conjugados do disposto na alínea b) do n.º 3 e na alínea h) do n.º 4 do artigo 4.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º, no n.º 2 do artigo 7.º, nos n.ºs 1 e 5 do artigo 8.º e no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2011, de 26 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 118/2012, de 15 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 116/2015, de 23 de junho e do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 459/85, de 4 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 97/2006, de 5 de junho, e no uso das competências delegadas pelo disposto na alínea a) do n.º 1.3 do Despacho n.º 1478/2016, de 1 de fevereiro, do Ministro dos Negócios Estrangeiros, foi designado, sob proposta do Ministro da Cultura, António Manuel Esteves Martins para, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, desempenhar o cargo de Conselheiro Técnico para a área de Imprensa na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER).

2 — Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 8.º do referido Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao referido despacho, que produz efeitos a 1 de julho de 2016.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: António Manuel Esteves Martins.
Data de nascimento: 17/05/1955.

2 — Habilitações académicas:

Frequência do curso de Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e na Facultés Universitaires de Saint Louis, Belgique; Diploma de Estudos Aprofundados em Jornalismo, pelo Institut pour Journalisme de Belgique.

3 — Experiência profissional:

Desde 20/10/1983 até hoje: correspondente e chefe da delegação da Rádio e Televisão de Portugal, SA (RTP) em Bruxelas; de 01/01/1984 a 28/02/1987: jornalista principal da Radiodifusão Portuguesa (RDP) em Bruxelas; de 01/01/1984 a 01/06/1987: jornalista correspondente da Agência Noticiosa Portuguesa e da Agência Lusa em Bruxelas; de 01/01/1984 a 01/03/1989: jornalista correspondente do Jornal de Notícias em Bruxelas; de 01/03/1987 a 31/05/1988: jornalista correspondente da Rádio TSF em Bruxelas.

27 de junho de 2016. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Gilberto Jerónimo*.

209690544

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinetes do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Ministra da Administração Interna

Despacho n.º 8597/2016

As obrigações de Portugal decorrentes dos acordos bilaterais celebrados entre o Estado Português e o Estado Angolano em matéria de